



Número: **0824123-22.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 6.412,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14114080	07/05/2018 16:11	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
14114134	07/05/2018 16:11	<a href="#">GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO</a>	Outros Documentos
14114140	07/05/2018 16:11	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO</a>	Outros Documentos
14191890	14/05/2018 18:52	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
15000302	25/06/2018 16:25	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
16078551	21/08/2018 14:17	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
16144190	23/08/2018 13:09	<a href="#">Petição</a>	Petição
16872948	28/09/2018 10:29	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
17462583	29/10/2018 14:35	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
17463020	29/10/2018 14:42	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
17541942	01/11/2018 12:03	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
24327687	11/09/2019 17:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24365696	12/09/2019 13:50	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

Anexo





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA REGIONAL DE MANGABEIRA.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO**, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 4242892 SSP/PB e CPF de nº 126.469.954-90, residente e domiciliado na rua Agente Fiscal Paulo de Assis Mendonça, 79, Mangabeira II, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

## 1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## 2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **24/06/2016**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve fratura de ossos do pé esquerdo, **que o deixou permanentemente debilitado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 6.750,00 pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 337,50 em 22/03/2018, conforme documentação acostada.**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

### 3) DO DIREITO

#### 3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

**No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.**

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**



Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.**(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.*** (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**



Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 6.412,50

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 13 de abril de 2018.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17.295**

**THIAGO YURI DE SOUSA PESSOA**  
**ESTAGIÁRIO**

#### **QUESITOS**

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?



- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



## PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB



**BENEFICIÁRIO** GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO

**CPF/CNPJ:** 12646995490

**Posição em 22-03-2018 08:42:08**

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
22/03/2018	R\$ 337,50	R\$ 0,00	R\$ 337,50

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
15/03/2018	Interrupção de Prazo	
10/03/2018	Aviso de Sinistro	

### ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A ○

### COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

### PAGUE SEGURO





Seguradora  
**LÍDER**  
Administradora do Seguro DPVAT

(/)



Buscar no site



A  
COMPANHIA ▾

SEGURO  
DPVAT ▾

PONTOS DE  
ATENDIMENTO  
(/Pontos-de-  
Atendimento)

CENTRO DE  
DADOS E  
ESTATÍSTICAS ▾

SALA DE  
IMPrensa ▾

TRABALHE  
CONOSCO ▾

CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

**Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.**

### SINISTRO 3180108432 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO**  
**COBERTURA Invalidez**



**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.  
83-98732-6361/ 83-9342-1170/ 83-3512-6361

**PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"**

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Gabriel Salviano de Araújo TELEFONE \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO \_\_\_\_\_

CPF 126 469 854-90 RG 4242 892 ENDEREÇO R. Apenfe

Fiscal Paulo da Am's Alencar N° 78 - CS-A - Mangalá

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **ANITA NÁGILA DE SÁ CARDOSO, OAB/PB 14.178 e ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de econômica mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

**GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

**Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.**

\_\_\_\_\_, 10 de 08 de 2016.

Outorgante

X Gabriel Salviano de Araújo





**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA**  
**COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA**  
**7º BATALHÃO – 3ª COMPANHIA – SAPÉ – PB**  
E-mail: [3ciapmsape@gmail.com](mailto:3ciapmsape@gmail.com)

**OCORRÊNCIA DE TRANSITO**

**DA GUARNIÇÃO**

**VIATURA PREFIXO:** 5626 **MOTORISTA** SD ANDRADE **MATRICULA** 524565-6  
**CMT: GRADUAÇÃO** MATRÍCULA 3º SGT QSG AZEVEDO 518007-4  
**AGENTE DE TRANSITO** 3º SGT MARIANO MATRÍCULA 518907-1

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

**NATUREZA:** COLISÃO

**LOCAL:** CRUZAMENTO DAS RUAS ORCINE FERNANDES E JOÃO SUASSUNA

**DATA/HORA:** 24/06/2016, 23h15min

**VEÍCULOS ENVOLVIDOS:** MOTOCICLETA HONDA/POP DE PLACA OGG0963/PB E CAMIONETA AMBULANCIA DE PLACA OEX3293/PB

**CONDUTORES:** DA MOTOCICLETA, GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO e DA CAMIONETA, ALEXANDRE ALVES DA SILVA, CNH 04407890110 \*AB\*

**VÍTIMAS:** GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO (condutor da motocicleta)

**RELATÓRIO:**

DA CHEGADA DA GUARNIÇÃO AO LOCAL, CONSTATAMOS A PRESENÇA DE UMA EQUIPE DE ATENDIMENTO MEDICO PERTENCENTE AO HOSPITAL SÁ ANDRADE DESTA CIDADE, DANDO ASSISTENCIA AO CONDUTOR DA SUPRACITADA MOTOCICLETA. VERIFICAMOS QUE AMBOS OS VEÍCULOS ESTAVAM AVARIADOS EM FACE DA COLISÃO E NO LOCAL ONDE OCORRERA O ACIDENTE. QUE O CONDUTOR DA MOTOCICLETA APRESENTAVA SINAIS DE FERIMENTOS EM UMA DAS PERNAS.

**CONSTATADO:**

ATRAVÉS DA LOCALIZAÇÃO DOS VEÍCULOS NA VIA CONSTATAMOS QUE O CONDUTOR DA CAMIONETA TRANSITAVA NA RUA JOÃO SUASSUNA COM DIREÇÃO A AVENIDA RENATO RIBEIRO COUTINHO E O MOTOQUEIRO NA RUA ORCINE FERNANDES COM DIREÇÃO AO PÁTIO DO MERCADO PÚBLICO, QUE AO CRUZAR COM A RUA ORCINE FERNANDES, O CONDUTOR DA CAMIONETA NÃO DEU PREFERENCIA DE PASSAGEM COMO INSTITUI O CTB NO ARTIGO 29- III e, PARANDO DA SUA DIREITA AO MOTOQUEIRO QUE ESTAVA TRANSITANDO PELA VIA QUE PRETENDIA CRUZÁ-LA. QUE O CONDUTOR DA CAMIONETA PRESTOU SOCORRO A VÍTIMA, INCLUSIVE COM OS CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS, HAJA VISTA SER ENFERMEIRO, O ACOMPANHANDO A PRESENÇA DO MÉDICO NO HOSPITAL SÁ ANDRADE E POSTERIORMENTE APRESENTOU-SE VOLUNTARIAMENTE A AUTORIDADE.

APÓS SER ATENDIDO NO HOSPITAL SÁ ANDRADE, A VITIMA FOI ENCAMINHADA PARA ATENDIMENTO MEDICO NA CAPITAL.

**OBS: CROQUI ANEXO**

**TESTEMUNHAS:**

**JOSILDO FERNANDES DE AZEVEDO**

**RUA PADRE ZEFERINO MARIA, 3ª CIA PM SAPÉ (MILITAR ESTADUAL)**

**EWERTON ALBERTO DE JESUS ANDRADE**

**RUA PADRE ZEFERINO MARIA, 3ª CIA PM SAPÉ (MILITAR ESTADUAL)**

SAPÉ, PB 24 de junho de 2016

  
**JOSÉ DE ARIMATEIA MARIANO DA SILVA**  
3º SGT QPC AGENTE DE TRANSITO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-917

Gabriel Salviano de Araújo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.242.892 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/04/2014

NOME GABRIEL SALVIANO DE ARAÚJO

FILIAÇÃO GLÁUCIO CORREIA DE ARAÚJO  
ANA LÚCIA SALVIANO DO RÊGO

NATURALIDADE NOVA CRUZ-RN DATA DE NASCIMENTO 31/07/1996

DOC ORIGEM

NASC.N. 31803 FIS. 184-LIV. A-96


CPF CARTÓRIO NOVA CRUZ-RN


João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 **Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
126.469.954-90

Nome  
GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO

Nascimento  
31/07/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO  
TUA AGENTE FISCAL PAULO DE ASSIS MENDONÇA, 78/CSA - MANGABEIRA  
JOAO PESSOA/PB CEP: 58055600 (AG 1)

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Estrada: Km 25 - Zóculo Rectorio - João Pessoa/PB - CEP 58071-600  
Roteiro 8 - 5 - 218 - 5120 Referência: Fev/2017 CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc Est 18.015.823-0  
Nº medidor 00009457418 Emissão: 10/02/2017

Nº da Fatura/Conta de Energia Elétrica Nº000 025 032  
Código para Débito Automático: 00015803885

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): 5/1580388-5

Fev/2017

Canal de contato

Apresentação

10/02/2017

Data prevista da  
próxima leitura

15/03/2017

CPF/CNPJ/RANI

12846095480  
Insc Est

Faturas em atraso

20/01/2017 44,78

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
13/01/17	2228	10/02/17	2289	1
			73	28
Demonstrativo				
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)	
Consumo em kWh	73	0,44028	32,13	
ICMS			11,68	
PIS			0,51	
COFINS			2,34	
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
CONTRIB SERV ILUM PÚBLICA			1,87	
JUROS DE MORA 12/2016			0,41	
MULTA 12/2016			0,68	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 12/2016			0,08	

Histórico de Consumo  
(kWh)

Jan/17	68
Dez/16	68
Nov/16	70
Out/16	69
Set/16	80
Ago/16	88
Jul/16	84
Jun/16	75
Mai/16	63
Abr/16	14
Mar/16	10
Fev/16	32

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	48,84	25,00	11,68
PIS	48,84	1,0558	0,51
COFINS	48,84	6,2388	2,34

Média dos últimos meses  
68

VENCIMENTO

17/02/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 49,86

a833.922d.537b.8497.1d2f.a022.d781.2dce.

Indicadores de Qualidade

12/2016 - Mangabeira

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	5,31	0,00	NOMINAL	220	Serviços de Dist de Energia PB	12,21	24,49
DIC TRIMESTRAL	10,62				Compra de Energia	14,28	28,84
DIC ANUAL	21,25				Serviço de Transmissão	0,84	1,68
FIC MENSAL	3,38	0,00	CONTRATADA	207	Impostos Diretos e Encargos	4,80	9,63
FIC TRIMESTRAL	8,72				Outros Serviços	17,73	35,56
FIC ANUAL	13,45						
ONCC	3,03	0,00	LIMITE SUPERIOR		231		
DCR	12,22				Total	49,86	100,00

Valor de EUSD (Ref 12/2016) R\$ 15,77

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 25/02/2017. Conforme Resolução 414 da ANEEL, O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso a(s) tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.

PARAIBA

Roteiro 8 - 5 - 218 - 5120  
Matrícula 1580388-2017-02-3

VENCIMENTO

17/02/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 49,86

83680000000-8 49860149000-2 15803882017-7 02300050019-1



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 07/05/2018 16:11:02

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18050716041527300000013779992

Número do documento: 18050716041527300000013779992



RA. MUNICIPAL DE JOAO PESSOA  
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA  
R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N  
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980  
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 863091 Atd: Nao Regulado  
Data: 25/06/2016  
Hora: 01:57:32  
Recepcionista: WILMA FERNANDES MONTEIRO  
Clinica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE  
Nome: GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO Num. de vezes atendido: 1  
CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 4242892 Fone: 93595893 Num. Prontuario: 2016.06.002097  
Natural: NOVA CRUZ/RN Data Nasc.: 31/07/1996 Id: 19 ano(s)  
End.: NAO INFORMADO  
Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB  
Pai: GLAUCIO CORREIA DE ARAUJO  
Mae: ANA LUCIA SALVIANO DO REGO  
Ocupação: AUXILIAR DE COZINHA  
INFORMACOES DE ENTRADA  
Resp.: GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO  
Tel/Doc. Responsavel: 93595893 / IDENTIDADE: 4242892  
Procedencia: OUTRA UNIDADE HOSPITALAR

Transporte utilizado: SAMU  
Vitima de acidente por: NAO  
Vitima de violência por: NAO  
[ ] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA:	FR:	[ ] Aparentemente Bem	[ ] Grave
FC:	TP:	[ ] Politraumatizado	[ ] Convulsao
Peso:	Altura:	[ ] Hemorragia	[ ] Dispineia
Glicemia:	IMC:	[ ] Diarreia	[ ] Agitado
Circ. Abd:	O2%:	[ ] Regular	[ ] Chocado
		[ ] Vomito	

Observacao

Queixa Principal

Paciente acorda com dor no abdome.

Josiane Pereira da Silva  
Enfermeira  
COREN-PB 350136

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

Dr. Fidas G. F. Borborema  
TEOT 9976  
CRM-PB 5395 - CRM-PE 14654



-----  
Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

-----  
ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

-----  
Assinatura da Enfermagem

-----  
Reservado p/ liberaçao

-----  
PROCEDIMENTO REALIZADO

-----  
DESTINO DO PACIENTE

[ ] Residencia [ ] Transferido [ ] Desistencia [ ] UTI  
[ ] Alta a pedido [ ] Enfermaria Obito: [ ] Atestado [ ] SVO [ ] IML

-----  
Assinatura do Paciente/Responsavel

-----  
Assinatura e Carimbo do Medico



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Cível da Capital**

**PROCESSO Nº 0824123-22.2018.8.15.2001**

A parte autora requereu a gratuidade de justiça.

Nos termos do § 2º do art. 99 do NCPC, intime a parte promovente para, no prazo de dez dias, juntar aos autos documentos que comprovem a necessidade do benefício processual (contracheque, declaração de imposto de renda etc.), bem como, que junte aos autos uma guia com os cálculos das custas obtida no site do TJPB, para fim de análise comparativa da sua renda auferida com o valor das custas processuais.

João Pessoa, 10 de maio de 2018.

**JUIZ GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO**  
**2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Cível da Capital**

**PROCESSO Nº 0824123-22.2018.8.15.2001**

A parte autora requereu a gratuidade de justiça.

Nos termos do § 2º do art. 99 do NCPC, intime a parte promovente para, no prazo de dez dias, juntar aos autos documentos que comprovem a necessidade do benefício processual (contracheque, declaração de imposto de renda etc.), bem como, que junte aos autos uma guia com os cálculos das custas obtida no site do TJPB, para fim de análise comparativa da sua renda auferida com o valor das custas processuais.

João Pessoa, 10 de maio de 2018.

**JUIZ GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO**  
**2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0824123-22.2018.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO  
**Polo passivo:** RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### **CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo, sem manifestação da parte autora.

Dou fé.

JOÃO PESSOA, 21 de agosto de 2018  
SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E  
COMARCA DA CAPITAL.

## JUSTIÇA GRATUITA

**GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO** já devidamente qualificada nos autos da  
AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados,  
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar sua EMENDA À PETIÇÃO  
INICIAL, atendendo à determinação deste douto Juízo, nos termos do art. 321 do Novo Código  
de Processo Civil, informar que o autor encontra-se desempregado atualmente. Devido ao  
acidente, o mesmo encontra-se fora do mercado de trabalho.

Ademais, o autor não tem condições financeiras de custear os encargos judiciais.  
**Vejamos o “art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com  
insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os  
honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”. O NCPC  
coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: “LXXIV  
- o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem  
insuficiência de recursos”**

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: *“a assistência do requerente por  
advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”*.

Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao  
patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha  
do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC

Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da  
justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 23 DE AGOSTO DE 2018.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0824123-22.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

Certifique se houve cumprimento do pronunciamento judicial anterior que determinou a juntada de documentos necessários para análise da hipossuficiência (id. 14191890) ou se houve interposição de agravo de instrumento.

Não tendo havido cumprimento ou pendência de agravo, certifique o prazo que o processo se encontra paralisado por inércia da parte em cumprir o referido pronunciamento.

Caso o feito esteja paralisado há mais de 30 (trinta dias) pela parte autora por não promover os atos e as diligências que lhe incumbem, certifique e intime-a, **pessoalmente**, para se pronunciar nos presentes autos, **no prazo de cinco dias**, sob pena de extinção do feito, tudo nos moldes do artigo 485, inc. III, do CPC.

Aguarde em cartório, após certifique-se e nova conclusão.

Quanto a petição acostada no id XX, observo que se tratou de irresignação que deveria ter sido dirigida a órgão de revisão nos termos da legislação processual, não competindo a este juízo a sua análise, salvo para o fim autorreforma, como por exemplo na hipótese do § 1º do art. 1.018 do CPC, situação que não se adequou ao presente caso.

JOÃO PESSOA, 28 de setembro de 2018.

**Juiz Gustavo Procópio Bandeira de Melo**

**2ª Vara Cível da Capital**





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0824123-22.2018.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO  
**Polo passivo:** RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### CERTIDÃO

Certifico que a parte autora não cumpriu o determinado no despacho ID nº 14191890, no que se refere a juntada de documentos necessários para análise da hipossuficiência, que os autos encontram-se paralisados há mais de 30 dias e que não houve interposição de agravo.

Dou fé.

JOÃO PESSOA, 29 de outubro de 2018  
SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Cível da Capital**

Nº DO PROCESSO: 0824123-22.2018.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: Nome: GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO**

**Endereço: R AGENTE FISCAL PAULO DE AQUINO MENDONÇA, 79, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58055-600**

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital, MANDA ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIME a parte autora, nome e endereço acima mencionados, a fim de se pronunciar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

**DESPACHO:** "Certifique se houve cumprimento do pronunciamento judicial anterior que determinou a juntada de documentos necessários para análise da hipossuficiência (id. 14191890) ou se houve interposição de agravo de instrumento. Não tendo havido cumprimento ou pendência de agravo, certifique o prazo que o processo se encontra paralisado por inércia da parte em cumprir o referido pronunciamento. Caso o feito esteja paralisado há mais de 30 (trinta dias) pela parte autora por não promover os atos e as diligências que lhe incumbem, certifique e intime-a, pessoalmente, para se pronunciar nos presentes autos, **no prazo de cinco dias**, sob pena de extinção do feito, tudo nos moldes do artigo 485, inc. III, do CPC. Aguarde em cartório, após certifique-se e nova conclusão. Quanto a petição acostada no id XX, observe que se tratou de irrisignação que deveria ter sido dirigida a órgão de revisão nos termos da legislação processual, não competindo a este juízo a sua análise, salvo para o fim autorreforma, como por exemplo na hipótese do § 1º do art. 1.018 do CPC, situação que não se adequou ao presente caso. Juiz de Direito".

JOÃO PESSOA, 29 de outubro de 2018

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS



Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

**18050716034793000000013779986**



## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que deixei de cumprir o presente mandado em virtude de não localizar a parte mencionada, GABRIEL SALVIANO DE ARAÚJO, por não mais residir no endereço constante no mandado, conforme informações da Sra. Maria da Penha Proprietária do imóvel e que o mesmo mudou-se do local a muito tempo. Dou fé.

JOÃO PESSOA

1 de novembro de 2018

GIVALDO MACEDO TOSCANO DE BRITO





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0824123-22.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual requerida. Certifique se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada. Em caso positivo, voltem os autos c o n c l u s o s .

Em caso negativo, nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter, por hora, ao Centro de de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera. Diante disso, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPEMEC.

P.I.

João Pessoa, 11 de setembro de 2019.

J u í z a d e D i r e i t o  
2ª Vara Cível da Capital





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0824123-22.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
Polo ativo: AUTOR: GABRIEL SALVIANO DE ARAUJO  
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, em cumprimento ao despacho ID 24327687, de que não tramita ou tramitou demanda semelhante, envolvendo as mesmas partes desta;

JOÃO PESSOA, 12 de setembro de 2019  
JOSE ALBERTO DE ALBUQUERQUE MELO

